

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT11.032

A INCORPORAÇÃO DOS SABERES AFRO-BRASILEIROS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA SOB A PERSPECTIVA DA INTERCULTURALIDADE CRÍTICA

Nathaly Maria dos Santos¹José Dilson Beserra Cavalcanti²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar de que forma os saberes afro-brasileiros têm sido incorporados nas práticas pedagógicas e no currículo escolar, à luz do princípio de Sankofa. Parte-se do entendimento de que a escola, como espaço de produção de saberes, ainda reproduz hierarquias que marginalizam epistemologias de matriz africana. A pesquisa, de natureza qualitativa e fundamentada em uma abordagem crítico-interpretativa, foi realizada em uma escola pública de tempo integral com histórico de valorização da cultura afro-brasileira. Foram utilizados como procedimentos metodológicos a análise documental, entrevistas com docentes e gestores, rodas de conversa com estudantes e registros em diário de campo. Os resultados apontam que, embora existam iniciativas voltadas à valorização da cultura afro-brasileira, a incorporação desses saberes ainda ocorre de forma pontual e, por vezes, simbólica. A presença de projetos temáticos e datas

- 1 Discente do Doutorado em Ensino de Ciências (RENOEN/UFRPE) e Doutorado em Educação da Universidade Tiradentes (UNIT). Mestre em Ensino de História pela Universidade de Pernambuco (UPE), graduada em História pela Universidade Católica de Pernambuco e Especialista em Gestão da Educação em espaço escolar e não escolar (FAFIRE). E-mail: nathaly.historia@gmail.com
- 2 Diretor do Centro Acadêmico do Agreste da UFPE. Doutor e Mestre em Ensino de Ciências e Matemática (UFRPE). dilson.cavalcanti@ufpe.br

comemorativas contribui para certa visibilidade, mas não necessariamente para uma reconfiguração curricular efetiva. A partir do princípio de Sankofa, observou-se que práticas pedagógicas ancoradas na ancestralidade e na valorização das epistemologias africanas podem favorecer a ressignificação da relação com o saber, especialmente entre estudantes negros, ao promover o reconhecimento de suas histórias e culturas como fontes legítimas de conhecimento. Conclui-se que a implementação de uma educação antirracista exige mais do que a inclusão de conteúdos afro-brasileiros: requer deslocamentos epistemológicos, formação docente crítica e uma reorientação curricular comprometida com a justiça racial. A pesquisa evidencia, ainda, o potencial do diálogo entre a interculturalidade crítica, a teoria da relação com o saber e a afrocentricidade na construção de práticas educativas emancipadoras e culturalmente relevantes, capazes de transformar não apenas o currículo, mas o próprio sentido da escola para seus sujeitos.

Palavras-chave: Educação antirracista, Saberes afro-brasileiros, Interculturalidade crítica, Currículo escolar.

INTRODUÇÃO

O sistema educacional brasileiro, em sua formação histórica, esteve profundamente atrelado a um projeto de nação que privilegiou uma matriz cultural eurocêntrica, silenciando e inferiorizando as contribuições de populações indígenas e afro-brasileiras (Munanga, 2004). Esse processo não foi neutro; constituiu-se como um instrumento de manutenção de hierarquias raciais e de um racismo estrutural que perpassa as instituições sociais. A escola, como um dos principais aparelhos de socialização, tradicionalmente reproduziu um currículo que marginalizou epistemologias e histórias não alinhadas a essa narrativa hegemônica.

A promulgação da Lei n. 10.639, de 2003 (Brasil, 2003), alterada pela Lei n. 11.645, de 2008 (Brasil, 2008), representou uma ruptura legal significativa nesse cenário, ao instituir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Essas legislações surgiram como fruto de décadas de lutas dos movimentos sociais negros e indígenas, demandando do Estado e das instituições de ensino o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural brasileira em sua plenitude. No entanto, a mera existência de um marco legal não assegura, por si só, a transformação das práticas pedagógicas e da estrutura curricular.

Passadas mais de duas décadas da implementação da Lei n. 10.639/03, percebe-se que o desafio permanece: transcender a obrigatoriedade para alcançar uma incorporação substantiva, crítica e transformadora desses saberes no cotidiano escolar. Muitas vezes, a execução da lei limita-se a ações pontuais e comemorativas, que, embora importantes, não logram desestabilizar a lógica monocultural que ancora o conhecimento escolar. A incorporação dos saberes afro-brasileiros frequentemente esbarra em uma dinâmica de inclusão do outro que não questiona os fundamentos epistêmicos do currículo, mantendo-os na periferia do conhecimento legitimado.

Parte-se do entendimento de que a escola, como espaço de produção e reprodução de saberes, ainda opera a partir de uma matriz colonial

que hierarquiza conhecimentos. Nesse contexto, o objetivo central desta investigação é analisar de que forma os saberes afro-brasileiros têm sido incorporados nas práticas pedagógicas e no currículo escolar, tomando como referência filosófica o princípio de Sankofa. O problema de pesquisa que orienta o estudo é: como a incorporação, ainda que incipiente, desses saberes, à luz de Sankofa e da Interculturalidade Crítica, impacta a relação ao saber dos estudantes e a prática docente?

A pesquisa justifica-se, dentre outros, pela urgência social e acadêmica em se avaliar os reais impactos das políticas educacionais antirracistas no chão da escola. Compreender os mecanismos que perpetuam a marginalização curricular, bem como identificar práticas pedagógicas bem-sucedidas que apontem para caminhos de superação, é fundamental para qualificar a implementação da lei. Além disso, o estudo busca contribuir com a literatura, ao articular o princípio de Sankofa, uma filosofia ancestral de profundo significado para a diáspora africana, com o quadro teórico da Interculturalidade Crítica e da teoria da relação ao saber.

A relevância desta investigação também reside em seu potencial de fomentar reflexões que ultrapassem os muros da escola pesquisada, oferecendo subsídios para a formação docente, a elaboração de políticas públicas mais efetivas e a reestruturação curricular em diferentes contextos. Ao evidenciar tanto os limites quanto as possibilidades transformadoras de uma educação intercultural crítica, espera-se colaborar para a construção de uma escola verdadeiramente antirracista, que não apenas transmita informações, mas que promova o reconhecimento, o pertencimento e a emancipação de todos os sujeitos, em especial daqueles historicamente silenciados.

METODOLOGIA

Esta investigação configura-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, fundamentada em uma abordagem crítico-interpretativa. Tal opção metodológica justifica-se pela necessidade de compreender os

fenômenos educacionais em sua profundidade e complexidade, considerando as particularidades do contexto investigado e as subjetividades dos participantes (Minayo, 2014).

O estudo foi desenvolvido em uma escola pública de tempo integral, situada na região metropolitana, selecionada intencionalmente por apresentar histórico documentado de projetos e ações pedagógicas voltadas para a valorização da cultura afro-brasileira. Essa escolha permitiu analisar as potencialidades e os limites da incorporação desses saberes em um ambiente institucional supostamente favorável à implementação da Lei n. 10.639/03.

Os procedimentos metodológicos foram organizados em quatro eixos complementares entre si:

- a. Análise documental: Procedeu-se ao exame do Projeto Político-Pedagógico da instituição, dos planos de ensino de diferentes componentes curriculares e dos registros de atividades pedagógicas realizadas nos últimos dois anos. Essa etapa visou identificar a presença formal dos saberes afro-brasileiros na estrutura curricular e nas propostas pedagógicas da escola.
- b. Entrevistas semiestruturadas: Foram conduzidas entrevistas com docentes de áreas diversas e duas com gestores (diretor e coordenador pedagógico). O roteiro das entrevistas buscou apreender as compreensões desses atores sobre a legislação pertinente, as estratégias por eles desenvolvidas e os desafios percebidos na incorporação dos saberes afro-brasileiros em sua prática profissional.
- c. Rodas de conversa: Realizaram-se encontros, com grupos de seis a oito estudantes do ensino médio, selecionados para representar a diversidade de raça e gênero presente no corpo discente. Essa técnica, ancorada nos pressupostos de Freire (1987) sobre o diálogo como fundamento do ato educativo, privilegiou a escuta das percepções, experiências e significados atribuídos pelos jovens aos saberes afro-brasileiros no contexto escolar.

- d. Registros em diário de campo: Utilizou-se de um diário para anotações sistemáticas das observações realizadas no cotidiano escolar, abarcando desde interações informais até a atmosfera cultural da instituição. Esse instrumento permitiu capturar nuances e aspectos não verbalizados nas demais técnicas, enriquecendo a compreensão do objeto de estudo.

Para o tratamento do material empírico, optou-se pela análise de conteúdo, na modalidade temática, conforme proposto por Bardin (2011). O processo seguiu as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, permitindo a identificação de núcleos de sentido que dialogam com o referencial teórico adotado, particularmente com os conceitos de Interculturalidade Crítica e relação ao saber.

DIÁLOGOS EPISTÊMICOS: FUNDAMENTOS TEÓRICOS PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

A análise da incorporação dos saberes afro-brasileiros na prática pedagógica demanda um quadro teórico multidimensional que articule diferentes perspectivas epistemológicas. Este estudo estabelece um diálogo entre três referenciais fundamentais: a interculturalidade crítica, o princípio de Sankofa e a teoria da relação ao saber. Esta articulação permite examinar tanto as estruturas macrosociais quanto as experiências subjetivas que configuram o processo educacional.

A interculturalidade crítica, conforme desenvolvida por Walsh (2009), oferece o marco teórico inicial para esta investigação. Diferentemente das abordagens multiculturais convencionais, esta perspectiva constitui-se como um projeto político e epistêmico de transformação. Ela problematiza as estruturas coloniais de poder que perpetuam hierarquias do saber no ambiente educacional. No contexto escolar, essa abordagem implica superar a mera adição de conteúdos para promover uma reestruturação curricular substantiva.

O princípio de Sankofa, originário da tradição Akan de Gana, fornece uma fundamentação filosófica essencial para este empreendimento. Sua representação simbólica encapsula uma profunda sabedoria sobre a relação entre passado e futuro. Esta filosofia ancestral opera como um antídoto contra a desvalorização da herança cultural africana no espaço educacional. Ela legitima o resgate de saberes tradicionais como gesto de resistência epistêmica.

A teoria da relação ao saber, elaborada por Charlot (2000), completa este quadro teórico ao trazer para o centro da análise a dimensão subjetiva do processo de conhecimento. Esta abordagem revela que o ato de aprender envolve sempre uma relação do sujeito com o mundo e consigo mesmo. Para estudantes negros, essa relação é frequentemente marcada por um distanciamento em relação ao conhecimento escolar eurocêntrico.

A articulação entre esses três referenciais demonstra seu potencial transformador quando aplicada à educação. Práticas pedagógicas informadas pela interculturalidade crítica e orientadas pelo princípio de Sankofa podem ressignificar profundamente a relação ao saber dos estudantes negros. Esta transformação transcende a aquisição de informações para envolver um reposicionamento subjetivo em relação ao ato de conhecer. A perspectiva intercultural crítica, na visão de Candau (2012), demanda uma constante reflexão sobre as relações de poder que permeiam o conhecimento escolar. Esta abordagem requer que se questionem os critérios de validade epistemológica que marginalizam saberes não eurocêntricos. Trata-se de criar condições para que diferentes cosmovisões dialoguem em pé de igualdade no espaço educacional.

O princípio de Sankofa, conforme elucidado por Gomes e Oliveira (2020), oferece importantes direções para a reconstrução identitária através da educação. Esta filosofia sustenta que o acesso à herança cultural africana é fundamental para o desenvolvimento de uma autoimagem positiva entre estudantes negros. Ela fornece os alicerces para uma educação que combate o epistemicídio e valoriza a diversidade epistêmica.

A teoria da relação ao saber, conforme aplicada por Silva e Cavalcanti (2024) ao contexto brasileiro, permite compreender os processos de construção de significado no espaço escolar. Esta perspectiva ajuda a elucidar, por exemplo, como os estudantes estabelecem conexões entre seus universos culturais e os conhecimentos formalmente transmitidos. Ela revela a importância do reconhecimento identitário nos processos de aprendizagem.

A integração dessas três perspectivas teóricas possibilita uma compreensão abrangente dos desafios e potencialidades na incorporação dos saberes afro-brasileiros. Esta articulação conceitual orienta a análise dos dados empíricos apresentados nas seções subsequentes, fornecendo as ferramentas teóricas necessárias para interpretar as complexas dinâmicas observadas no campo educacional.

QUANDO SANKOFA ENCONTRA A SALA DE AULA: ANÁLISE DOS PROCESSOS DE RESSIGNIFICAÇÃO CURRICULAR

A investigação empírica realizada na escola pública de tempo integral revelou um cenário complexo, marcado por tensões entre iniciativas promissoras e desafios estruturais persistentes na incorporação dos saberes afro-brasileiros. A análise dos dados coletados através dos diferentes instrumentos metodológicos permitiu identificar padrões significativos que dialogam criticamente com o referencial teórico adotado.

ENTRE AVANÇOS E LIMITES: A INCORPORAÇÃO PONTUAL DOS SABERES AFRO-BRASILEIROS

Os dados documentais e as entrevistas com gestores evidenciaram que a escola desenvolve um conjunto de ações voltadas para a valorização da cultura afro-brasileira, particularmente durante o mês de novembro. Projetos envolvendo capoeira, oficinas de tranças e confecção de adereços africanos foram registrados com frequência no diário de campo. No entanto, a análise curricular demonstrou que essas iniciativas perma-

necem majoritariamente desconectadas do núcleo duro das disciplinas, configurando o que se pode caracterizar como uma incorporação pontual e eventual.

Os planos de ensino analisados revelaram que a abordagem da história e cultura africana segue predominantemente vinculada ao período da escravidão, com poucas incursões sobre as civilizações africanas pré-coloniais ou contribuições contemporâneas. Essa constatação corrobora a perspectiva de Gomes (2012) sobre a necessidade de superar a visão da África como continente histórico, promovendo seu reconhecimento como espaço de produção de conhecimento válido e atual.

A VOZ DOCENTE: ENTRE O RECONHECIMENTO DA IMPORTÂNCIA E A INSEGURANÇA NA PRÁTICA

As entrevistas com os professores revelaram um paradoxo significativo: enquanto há reconhecimento unânime da importância da Lei 10.639/03, persiste uma sensação generalizada de insegurança quanto às formas de implementação. Os relatos indicam que a formação inicial não os preparou adequadamente para trabalhar com a temática, gerando um desconforto que frequentemente os leva a reproduzir abordagens superficiais ou a evitar o tema.

Essa constatação dialoga com os achados de Candau (2012) sobre a necessidade de formação docente continuada que ultrapasse a dimensão informativa, alcançando uma transformação das posturas pedagógicas e epistemológicas. Os dados sugerem que a ausência de um trabalho sistemático de formação tem sido um dos principais obstáculos para a efetivação da educação para as relações étnico-raciais.

A PERSPECTIVA DISCENTE: RESSIGNIFICAÇÕES POSSÍVEIS

As rodas de conversa com estudantes proporcionaram contributos valiosos sobre os impactos das práticas pedagógicas na relação ao

saber. Estudantes negros relataram experiências de reconhecimento e estranhamento simultâneos. Quando questionados sobre momentos significativos de aprendizagem, vários mencionaram atividades específicas onde tiveram acesso a conhecimentos sobre civilizações africanas ou personalidades negras brasileiras.

Esses relatos sugerem que práticas orientadas pelo princípio de Sankofa, ainda que pontuais, podem operar significativas ressignificações na relação ao saber, conforme teorizado por Charlot (2000). A fala de uma estudante é particularmente elucidativa: “Quando aprendi sobre as rainhas de Angola, senti que aquela história também era minha”. Este depoimento ilustra o potencial transformador de uma educação que permite ao estudante negro encontrar-se no currículo.

TENSÕES E POSSIBILIDADES: PARA ALÉM DA SIMBOLOGIA

A observação do cotidiano escolar permitiu identificar que, apesar das iniciativas existentes, persiste uma desconexão entre as ações específicas e a cultura escolar como um todo. A análise sugere que a incorporação dos saberes afro-brasileiros tem ocorrido predominantemente na dimensão simbólica, com limitada penetração na estrutura curricular formal.

Esta constatação reforça a pertinência da perspectiva intercultural crítica de Walsh (2009), que alerta para o risco de uma interculturalidade funcional que não questiona as estruturas de poder. Os dados indicam que a escola pesquisada encontra-se em um estágio intermediário de incorporação, onde as iniciativas existentes representam avanços significativos, mas ainda insuficientes para configurar uma transformação epistêmica substantiva.

CAMINHOS PARA UMA INCORPORAÇÃO SUBSTANTIVA

A análise integrada dos dados sugere que a superação dos limites identificados exige uma atuação em múltiplas frentes. Em primeiro lugar,

torna-se imperativo o desenvolvimento de um programa sistemático de formação docente que articule dimensões teóricas e práticas. Em segundo lugar, a reestruturação curricular aparece como condição necessária para transcender a lógica dos projetos eventuais.

Finalmente, os dados apontam para a necessidade de se criar espaços de diálogo onde os saberes da comunidade possam circular e fertilizar o ambiente escolar. Como observado por Munanga (2019), a efetiva descolonização do currículo exige o reconhecimento da escola como espaço de produção, e não apenas de reprodução, de conhecimento.

A discussão dos resultados permite concluir que, embora a escola pesquisada tenha avançado em relação à visibilidade da cultura afro-brasileira, persistem desafios significativos para alcançar uma incorporação substantiva que reconfigure as relações epistêmicas no espaço escolar. Esta constatação sinaliza a necessidade de persistir e aprofundar os esforços na direção de uma educação verdadeiramente intercultural e antirracista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR UMA PEDAGOGIA ANTIRRACISTA

A investigação realizada permitiu compreender que a incorporação dos saberes afro-brasileiros na escola pesquisada configura-se como um processo em construção, marcado por avanços significativos, mas ainda distante do projeto transformador preconizado pela interculturalidade crítica. Os resultados demonstram que, embora existam iniciativas voltadas para a valorização da cultura afro-brasileira, estas permanecem, em grande medida, circunscritas à esfera do eventual e do simbólico, sem lograr efetivar uma reconfiguração curricular substantiva.

A análise evidenciou três dimensões fundamentais que demandam atenção: a formação docente, a estrutura curricular e as relações epistêmicas que organizam o conhecimento escolar. Na formação docente, identificou-se uma lacuna significativa entre o reconhecimento da importância da temática e a segurança pedagógica para trabalhá-la de forma

crítica e contextualizada. No âmbito curricular, constatou-se a persistência de uma organização que mantém os saberes afro-brasileiros na periferia do conhecimento legitimado. Quanto às relações epistêmicas, observou-se que a hierarquia de saberes que privilegia a matriz eurocêntrica permanece praticamente intacta.

Os dados sugerem que a superação desses desafios exige mais do que a implementação de projetos pontuais ou a inclusão de conteúdos específicos. É necessária uma transformação profunda na cultura escolar, que passe pelo questionamento das próprias bases epistêmicas que organizam o currículo. Neste sentido, o princípio de Sankofa revela-se como uma ferramenta teórico-metodológica potente, ao propor o resgate do passado como gesto projetivo para o futuro.

Para dar continuidade às investigações neste campo, sugere-se uma agenda de pesquisa organizada em quatro eixos principais:

- a. Estudos Longitudinais sobre Formação Docente: Investigações que acompanhem, por períodos estendidos (2 a 4 anos), os processos de formação continuada de professores para a educação das relações étnico-raciais, com foco na análise de suas transformações nas práticas pedagógicas e nas concepções epistemológicas;
- b. Pesquisas Avaliativas de Políticas Públicas: Análises sistemáticas da implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação étnico-racial em diferentes redes de ensino, com especial atenção aos mecanismos de monitoramento e avaliação destas políticas.
- c. Investigações sobre Epistemologias Africanas na Escola: Pesquisas que se dediquem à tradução pedagógica de conceitos e filosofias africanas e afro-brasileiras, testando sua aplicabilidade em diferentes componentes curriculares e níveis de ensino.
- d. Estudos Interinstitucionais Comparados: Pesquisas que envolvam múltiplas escolas ou redes de ensino, permitindo a identificação

de fatores contextuais que favorecem ou dificultam a incorporação substantiva dos saberes afro-brasileiros.

Acredita-se que esta agenda de pesquisa contribuiria para a construção de um *corpus* de conhecimento robusto e contextualizado, capaz de orientar tanto as políticas educacionais quanto as práticas pedagógicas na direção de uma educação verdadeiramente antirracista e intercultural.

Após apresentação da agenda de possíveis desdobramentos, parte-se para apresentar algumas proposições para a Ação Educativa. Com base nos resultados obtidos, foram formuladas as seguintes proposições para a ação educativa, quais sejam:

- Primeiro, a formação docente deve ser reconcebida como um processo contínuo e crítico, que articule reflexão teórica e experimentação prática, criando espaços seguros para que os professores possam revisitar e ressignificar suas próprias concepções sobre raça, conhecimento e poder.
- Segundo, a reestruturação curricular deve orientar-se pelo princípio da transversalidade epistêmica, integrando os saberes afro-brasileiros não como apêndices, mas como constituintes fundamentais de todas as áreas do conhecimento. Terceiro, é fundamental estabelecer mecanismos institucionais de acompanhamento e avaliação que permitam monitorar a efetividade das ações implementadas, garantindo que estas não se restrinjam ao plano das intenções.

Por fim, esta pesquisa demonstrou que a construção de uma educação antirracista exige mais do que a simples aplicação de leis ou a implementação de projetos isolados. Ela demanda um compromisso coletivo com a transformação das estruturas epistêmicas que organizam o conhecimento escolar. O princípio de Sankofa, com sua sabedoria ancestral, nos convida a olhar para trás não por nostalgia, mas para encontrar no pas-

sado as ferramentas necessárias para construir um futuro educacional mais justo e plural. Que este estudo possa contribuir para este movimento de retorno e projeção, inspirando novas pesquisas e práticas pedagógicas comprometidas com a descolonização do conhecimento e a emancipação de todos os sujeitos educativos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

CANAU, V. M. F. **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, A. C. C.; OLIVEIRA, L. R. Currículo negro, asê e sankofa: perspectivas, cotidianos e valores afro-civilizatórios. **Revista da ABPN**, v. 12, n. 32, março/maio, 2020, p. 161-187.

GOMES, N. L. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 120, jul/set, 2012, pp. 727-744.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MUNANGA, K. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira. Niterói: EDUFF, 2004. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Munanga_K_UmaAbordagemConceitualDasNocoosDeRacaRacismoidentidadeEEtnia.pdf.

SILVA, N. M. da; CAVALCANTI, J. D. B. A abordagem da relação ao saber no contexto da formação inicial de professores de física. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 21, n. 5, p. e41111, 2024. DOI: 10.54033/cadpedv21n5-144.

WALSH, C. **Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de) coloniales de nuestra época.** Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2009.